



## Resumo

O artigo 239 da Constituição Federal destinou 40% da arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) ao BNDES, para financiamento dos programas de desenvolvimento econômico. As contribuições ao PIS-Pasep eram, desde 1975, a principal fonte de recursos do Banco, e, em 1988, esta fonte de recursos foi constitucionalizada. O objetivo deste artigo é, passados trinta anos dessa decisão, consolidar informações e realizar um breve histórico sobre o PIS-Pasep e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) neste período.

**Palavras-chave:** PIS-Pasep. BNDES. FAT. Fontes de financiamento do BNDES.

## Abstract

*The article 239 of the Brazilian Constitution allocated 40% of the collection of the Social Integration Program (PIS) and of the Program of Assistance to Civil Servants (Pasep) to BNDES aiming to fund economic development programs. Since 1975, the contributions to PIS-Pasep were the Bank's main source of funding and, after 1988, this source was guaranteed to BNDES by the Constitution. The objective of this paper is, after thirty years of this decision, to consolidate the information and to provide a brief history about PIS-Pasep and the Workers' Assistance Fund (FAT) during this period.*

**Keywords:** PIS-Pasep. BNDES. FAT. BNDES funding.

## Introdução

A Constituição promulgada em outubro de 1988, no artigo 239, destinou os recursos da arrecadação da contribuição do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial e para o financiamento de projetos promotores de desenvolvimento pelo BNDES. Esses recursos foram direcionados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), permitindo a criação de um programa de proteção ao trabalhador, que inclui o pagamento do benefício seguro-desemprego e a oferta de serviços de qualificação e reciclagem e de intermediação de emprego, com o objetivo de apoiar a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Os eventos que culminaram com a criação do FAT e a instituição de regras e normas para utilização de seus recursos não foram fruto de um processo de planejamento prévio. Resultaram de muita negociação entre os agentes econômicos envolvidos, que, por serem muitos e, ao mesmo tempo, abrangerem grande troca de titulares e substitutos, foram criando e reproduzindo um caminho de mediação entre os membros (representantes de trabalhadores, de empresários e do governo), que se tornou um dos grandes legados do processo. Essa história merece ser descrita e estudada, para que a relevância do espírito do constituinte e dos esforços dos conselheiros seja registrada. Entretanto, o foco deste trabalho não é esse, mas sim os fatos resultantes das decisões tomadas no âmbito da criação do FAT.

Depois de trinta anos da promulgação da Constituição, o objetivo deste artigo é realizar um breve levantamento histórico sobre o FAT

e o BNDES.<sup>1</sup> Para isso, divide-se em seis seções. Na seção seguinte, apresentam-se os antecedentes do FAT, os fundos PIS e Pasep e o Programa de Seguro-Desemprego instituído em meados da década de 1980. A terceira e a quarta seção têm como tema o FAT; além de uma descrição do fundo, abrangem seus resultados financeiros. Em seguida, será realizada uma análise do que os recursos do PIS-Pasep representam para o Banco. A sexta seção corresponde a uma breve conclusão.

## Antecessores do FAT: PIS-Pasep e o Programa de Seguro-Desemprego<sup>2</sup>

### Os fundos PIS e Pasep

Para entender a criação do FAT e o que ele representou, é necessário retornar ao momento em que se instituíram os fundos PIS e Pasep. Foram criados em 1970, com os objetivos de permitir a participação dos trabalhadores nos resultados do crescimento econômico e das empresas, incentivar a formação de seu patrimônio, contribuir para melhorar a distribuição de renda e possibilitar a utilização dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico e social.

O PIS foi constituído por contribuições das empresas privadas, e a gestão era realizada pela Caixa Econômica Federal (CEF), enquanto

---

1 A intenção é tratar principalmente dos 40% da arrecadação do PIS-Pasep que é transferida ao BNDES, conforme determinado pelo art. 239 da Constituição, ou "FAT Constitucional".

2 Os trabalhos de Najberg (1981), Azeredo (1987) e Azeredo (1998) foram as principais fontes das informações apresentadas.

o Pasep, constituído pelas contribuições do setor público, era gerido pelo Banco do Brasil (BB).

Ao fim de cada exercício financeiro, os recursos arrecadados eram distribuídos nas contas individuais dos trabalhadores, de acordo com a remuneração recebida e o número de anos trabalhados (quinquênios). Assim, a arrecadação do PIS era distribuída nas contas dos participantes do setor privado, e a do Pasep nas contas dos participantes do setor público. Esses recursos eram aplicados pela CEF e pelo BB, respectivamente, que remuneravam as contas individuais com, no mínimo, correção monetária e juros. Então, além dos recursos arrecadados, os trabalhadores recebiam ainda o resultado líquido da aplicação dos recursos, isto é, o resultado das aplicações, excluídas as despesas administrativas e as provisões para os saques realizados. Os resultados líquidos dos fundos eram diferentes, conforme as aplicações fossem realizadas pela CEF ou pelo BB.

Os participantes podiam sacar, ao fim de cada exercício financeiro, os recursos equivalentes aos rendimentos de suas contas (juros e resultado líquido do fundo),<sup>3</sup> e o principal,<sup>4</sup> em situações específicas, como para compra ou construção da casa própria, casamento, aposentadoria, invalidez permanente ou morte do participante.

Os recursos PIS-Pasep passaram, a partir de 1974, a ser aplicados de forma unificada, por meio do BNDES. Permaneceu sob responsabilidade do BB e da CEF, contudo, a administração das contas individuais, dos pagamentos de rendimentos e de saques do principal. Os recursos foram direcionados para o financiamento de investimentos prioritários, de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

---

3 Durante algum tempo, os participantes podiam sacar, também, a correção monetária; entretanto, isso reduzia o patrimônio do fundo. Por isso, as regras foram alteradas.

4 Esses critérios foram alterados ao longo do tempo.

No ano seguinte à transferência dos recursos dos fundos PIS e Pasep para aplicação pelo Banco, em 1975, esses valores representaram cerca de 46% do fluxo total de recursos, tornando-se a principal fonte do banco de desenvolvimento.

A Lei Complementar (LC) 26, de 11 de setembro de 1975, promoveu alterações significativas nos fundos PIS e Pasep. Quando essa lei entrou em vigor, no ano seguinte, as arrecadações dos dois programas passaram a integrar um único fundo, denominado Fundo PIS-Pasep (FPP), gerido por um Conselho Diretor formado por membros do BNDES, da CEF, do BB e do Ministério da Fazenda. Nesse mesmo momento, foi instituído o abono salarial.

Os trabalhadores cadastrados há pelo menos cinco anos, e que recebessem salário mensal de até cinco vezes o valor do salário mínimo, receberiam, a cada exercício, um salário mínimo. Caso os rendimentos que tivessem direito a sacar anualmente não totalizassem um salário mínimo, esse valor estaria assegurado, por meio de um pagamento complementar.<sup>5</sup>

O abono salarial, ou décimo quarto salário, tornou-se uma das principais despesas do FPP e, conforme apontado por Azeredo (1987), provocou a descapitalização progressiva do fundo. Além disso, Najberg (1981) ressaltou que, embora o BNDES aplicasse os recursos do FPP a taxas superiores ao mínimo estipulado por lei, isso não era suficiente para evitar a redução de seu patrimônio, pois a vinculação das taxas de aplicação desse fundo às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) resultava em um crescimento negativo do patrimônio do FPP, uma vez que as ORTN foram prefixadas abaixo da inflação. A descapitalização

---

5 Os trabalhadores que recebessem uma remuneração acima de cinco salários mínimos regionais podiam sacar anualmente apenas os juros e o resultado líquido adicional, não mais a correção monetária. A Lei Complementar 26 determinou essa mudança.

progressiva do fundo frustrou a realização do objetivo de formar um patrimônio individual para os trabalhadores.

Houve êxito, contudo, no objetivo de canalizar recursos para o desenvolvimento econômico. A transferência de recursos do PIS-Pasep para aplicação assegurou, a partir de 1974, uma fonte de recursos estável para o BNDES, que financiou projetos de desenvolvimento prioritários, definidos pelo PND. Os dados de Prochnik (1995) mostram que, entre 1974 e 1988, os recursos do FPP transferidos a cada ano para o Banco representaram, em média, 42% do fluxo de novos ingressos de recursos. O número é ainda mais elevado se considerado o período 1975-1981, no qual as transferências dos recursos do FPP representaram cerca de 59% dos novos recursos que ingressaram no banco de desenvolvimento anualmente.

Portanto, quando a Constituição foi promulgada, em outubro de 1988, o PIS-Pasep constituía uma das principais fontes de recursos do BNDES. A determinação do artigo 239, de um repasse mínimo de 40% dos recursos de sua arrecadação para o BNDES, visava garantir a estabilidade do fluxo de recursos e evitar a redução de sua capacidade de realizar financiamentos. O Banco havia recebido, em média, segundo Azeredo (1998), 37,2% da arrecadação do PIS-Pasep durante o período 1974-1987. Dessa forma, o BNDES, que até então aplicava os recursos do PIS-Pasep para financiar os projetos prioritários para o desenvolvimento nacional, manteve sua principal fonte de recursos, conforme determinado pela Constituição, e pode continuar a apoiar investimentos, sempre de acordo com as diretrizes governamentais.

## O Programa de Seguro-Desemprego

A assistência financeira ao trabalhador desempregado estava prevista na Constituição Brasileira desde 1946, embora as medidas efe-

tivas para a criação de um seguro para o desemprego tenham sido adotadas apenas em meados da década de 1980 (AZEREDO, 1998; IPEA, 2012). O Programa de Seguro-Desemprego foi instituído pelo Decreto-Lei 2.284, de 10 de março de 1986, com a finalidade de prover assistência temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa. Simultaneamente, foi criado um grupo de trabalho a fim de elaborar uma proposta de custeio, com uma determinação para que o sistema fosse financiado com recursos da União, dos empregadores e dos empregados, que deveria vigorar a partir de 1987. Esse grupo nunca se reuniu (CARDOSO JR. *et al.*, 2006), mas os benefícios começaram a ser pagos em julho de 1986, com recursos do Tesouro Nacional e de parte das receitas da Contribuição Sindical.

Inicialmente, os critérios para que os trabalhadores desempregados fossem habilitados para acessar o seguro-desemprego eram bastante restritivos, e o benefício relativamente baixo. O trabalhador deveria comprovar ter trabalhado no setor formal nos seis meses anteriores à dispensa e ter contribuído para a Previdência Social por, ao menos, 36 meses, nos últimos 48 meses. O benefício era pago por, no máximo, quatro meses, e havia um período de carência de 18 meses para uma nova solicitação. O valor do benefício era cerca de 50% do último salário para aqueles que recebiam até três salários mínimos e 1,5 salário mínimo para os que recebiam acima desse valor, havendo um limite inferior de 70% do salário mínimo.

Conforme destacado por Azeredo (1998) e Cardoso Jr. *et al.* (2006), as regras para habilitação do programa eram bastante restritas, resultando em baixa cobertura. Elas excluía os trabalhadores mais vulneráveis e menos qualificados, que trabalhavam no mercado formal por períodos mais curtos e não conseguiam satisfazer às exigências



para obtenção do benefício. Os autores reforçam que esses trabalhadores eram também aqueles com valores mais baixos a sacar no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com menos alternativas de sustento nos períodos de desocupação. Adicionalmente, conforme a regulamentação, os trabalhadores teriam que estar desempregados por, no mínimo, sessenta dias para requerer o benefício e, considerando o tempo para o pedido e a liberação do primeiro pagamento, permaneciam um longo período sem proteção.

Azeredo (1998) aponta que a ausência de uma fonte de financiamento para o custeio do seguro-desemprego só foi equacionada a partir da promulgação da Constituição de 1988. A utilização dos recursos da arrecadação do PIS-Pasep solucionou a questão do custeio do benefício, ao mesmo tempo que manteve o abono salarial e também garantiu uma fonte de recursos estável e com prazo adequado para o BNDES.

A Constituição destinou os recursos do PIS-Pasep para pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, além de determinar que ao menos 40% deles deveriam ser transferidos para o BNDES, para financiar projetos importantes para o desenvolvimento econômico. Novas contas individuais deixaram de existir, e apenas os trabalhadores que possuíam contas até a data em que a Constituição foi promulgada, as mantiveram e continuaram a receber os rendimentos do FPP. Os recursos poderiam ser sacados quando as exigências para tal fossem cumpridas.<sup>6</sup>

A Constituição, e sua regulamentação subsequente, criou um sistema de proteção ao trabalhador, que incluía os benefícios do seguro-

---

<sup>6</sup> Em 2018, foi permitido, temporariamente, que os titulares de contas do FPP sacassem os recursos de suas contas. Os valores ainda existentes no fundo totalizavam cerca de R\$ 23 bilhões em novembro de 2018.

-desemprego e do abono salarial, além de políticas ativas, como a oferta de serviços de requalificação profissional e de recolocação, e, adicionalmente, gerava empregos por meio dos recursos destinados ao Banco para financiar projetos de desenvolvimento, que geravam empregos e ampliavam a renda. A criação do FAT, portanto, representou mais que uma solução de fonte de recursos para o seguro-desemprego. Permitiu, também, a montagem de um sistema de proteção do trabalhador sem utilizar recursos orçamentários. Os ingressos anuais das contribuições PIS-Pasep foram direcionados para os pagamentos de benefícios e demais gastos correntes do FAT, os quais eram acrescidos dos juros sobre os recursos repassados ao banco de desenvolvimento, que, com sua aplicação, gerava desenvolvimento econômico e empregos.

## A criação do FAT<sup>7</sup>

O processo de regulamentação do artigo 239 teve início com a Lei 7.988, de 11 de janeiro de 1990, que criou o FAT, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), e estabeleceu as regras do Programa de Seguro-Desemprego e do Abono Salarial (ver Quadro A1 do Apêndice). As contribuições do PIS-Pasep foram direcionadas a esse fundo contábil, de natureza financeira, ou seja, sem personalidade jurídica própria, representado pelo Ministério do Trabalho, que, por sua vez, tornou-se responsável pela administração desses recursos. Para gerir e acompanhar os recursos do FAT, foi criado o Codefat, um conselho tripartite e paritário, composto por representantes do Governo Federal, dos

---

7 O Quadro A1 do Apêndice contém os principais marcos do FAT ao longo dos últimos trinta anos, de modo a facilitar seu acompanhamento.

trabalhadores e dos empregadores. A destinação dos recursos das contribuições PIS-Pasep para o FAT permitiu o financiamento do Programa de Seguro-Desemprego sem que fosse necessário criar ou aumentar impostos, redirecionando os recursos que antes eram voltados para formação de patrimônio individual dos trabalhadores para estabelecer um sistema de proteção com benefícios para todos os trabalhadores.

O Codefat assumiu um papel central no desenho das ações governamentais na área de políticas de emprego e renda, segundo Theodoro (2002), uma vez que desempenha a função de gerir os recursos do FAT e decidir sobre sua utilização em outras ações que não o seguro-desemprego, o abono salarial e os direcionados ao BNDES, pois esses recursos não podem sofrer alterações ou remanejamentos, conforme determinação constitucional.

A Lei 8.352, de 28 de dezembro de 1991 (ver Quadro A1 do Apêndice), foi fundamental para determinar o papel que o Codefat assumiu, ao definir o tratamento que deveria ser dado às disponibilidades financeiras do FAT. Essa lei exigiu que uma parcela dos recursos do FAT, denominada Reserva Mínima de Liquidez (RML), fosse mantida em aplicações em títulos públicos (atualmente no BB), de modo a garantir os pagamentos do seguro-desemprego e do abono salarial por seis meses. Simultaneamente, permitiu que os recursos que ultrapassassem a RML fossem aplicados pelas instituições financeiras oficiais federais, na forma de depósitos especiais, em programas com o objetivo de gerar emprego e renda, como definido pelo Codefat.

Caso o FAT não disponha de recursos suficientes para o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, que são despesas obriga-

tórias, pode exigir o retorno dos depósitos especiais, que têm liquidez imediata. Se os recursos aplicados em depósitos especiais não forem suficientes, serão transferidos os recursos ordinários. Isso significa que, se não houver recursos para os pagamentos obrigatórios, o Codefat pode exigir o saque do patrimônio do FAT mantido no BNDES.

Um ponto importante a destacar é que o sistema de proteção, criado a partir do artigo 239 da Constituição Federal e sua regulamentação posterior, ampliou a abrangência das políticas voltadas para o trabalhador. Em relação ao seguro-desemprego, a Lei 7.998/1990, que criou o FAT, reduziu a exigências para acesso ao benefício, criando um sistema mais inclusivo. O abono salarial continuou a ser concedido aos trabalhadores, desde que eles recebessem um salário mensal até dois salários mínimos mensais.<sup>8</sup> Além disso, o Programa de Seguro-Desemprego passou a incluir a pré-triagem e a habilitação dos requerentes, o auxílio na busca de um novo emprego e a reciclagem profissional, atividades que seriam realizadas em articulação com os estados e municípios. Conforme destacado por Azeredo (1998), as tarefas de apoio à busca por um novo emprego e à reciclagem profissional passaram a ser oferecidas pelo FAT não apenas aos trabalhadores do setor formal, que são cobertos pelo seguro-desemprego e pelo abono salarial.<sup>9</sup> Em uma economia em que o setor informal tem um tamanho relevante, a inclusão dos trabalhadores que não contam com um vínculo formal de emprego no grupo abrangido pelas ações do FAT constituiu uma ampliação importante de proteção aos trabalhadores.

---

8 Como exposto anteriormente, até a promulgação da Constituição, o abono salarial era concedido aos trabalhadores com renda de até cinco salários mínimos mensais.

9 Determinado pela Lei 8.900, de 30 de junho de 1994.

# Receitas, despesas e execução financeira do FAT

## Receitas

As receitas do FAT provêm da arrecadação da contribuição do PIS-Pasep, de uma cota-parte da contribuição sindical,<sup>10</sup> da remuneração de seus repasses ao BNDES (FAT Constitucional), da remuneração dos depósitos especiais, da remuneração do Fundo Extramercado no BB e dos rendimentos dos saldos disponíveis nas contas do FAT, na CEF e no BB, para pagamento dos benefícios de seguro-desemprego e abono salarial. Constituem ainda receitas do FAT as restituições de convênios, as restituições de benefícios não desembolsados, multas destinadas ao FAT e outros recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

A contribuição do PIS-Pasep tem sua destinação determinada pelo artigo 239 da Constituição Federal. Porém, a destinação desses recursos de forma pré-especificada dificulta a administração tributária do governo, que tem menos flexibilidade para decidir sobre o uso que poderia dar à arrecadação de impostos e torna mais difícil a gestão fiscal. A desvinculação das receitas, em relação às despesas predeterminadas, remove essa restrição para uma parcela dos recursos. Desde 1994, a desvinculação dos tributos e das contribuições sociais é aplicada aos fundos e às despesas e, especificamente, afeta os recursos disponíveis do FAT, e transferidos ao BNDES. Nesse contexto, pode-se dizer que o FAT e o BNDES têm contribuído com o esforço de ajuste fiscal.

A desvinculação foi aprovada inicialmente em 1994, com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), com previsão de ser temporária,

---

<sup>10</sup> No exercício de 2008, a Lei 11.648, de 31 de março de 2008, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), destinando parte dos recursos da arrecadação da contribuição sindical para as Centrais Sindicais, com redução da cota-parte destinada à conta-emprego e conta-salário do Ministério do Trabalho.

mas foi sucessivamente estendida. Em 1996 o FSE foi renomeado como Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), com vigência até junho de 1997, prazo que foi estendido até 31 de dezembro de 1999. Em 2000 o FEF foi substituído pela Desvinculação de Receitas da União (DRU) (ver Quadro A1 do Apêndice).

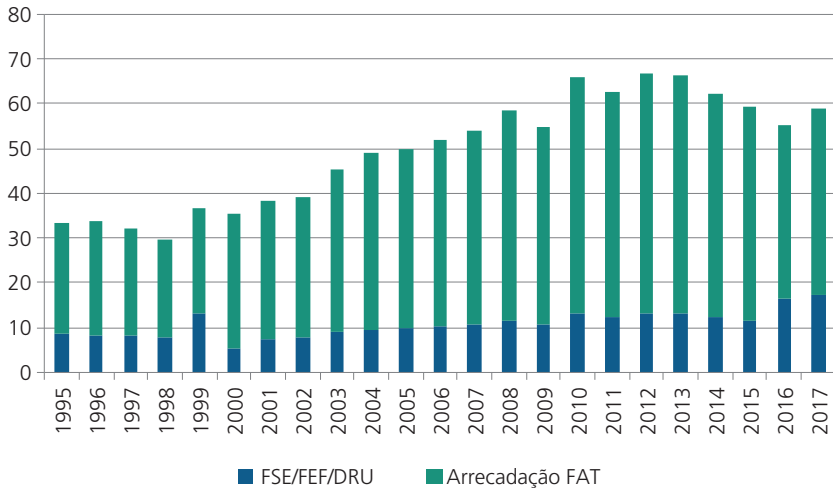
O Gráfico 1 (dados Tabela A1 do Apêndice) apresenta a arrecadação total do PIS-Pasep, o valor dos recursos desvinculados e a arrecadação devida ao FAT, em valores constantes de 2017. Pode-se verificar que o Fundo Social de Emergência (FSE) e o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) retiravam cerca de 26% da arrecadação do PIS-Pasep no período 1994-1999. O governo fixou, em 2000, por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU), o uso discricionário, por parte da União, de 20% das receitas de impostos e contribuições sociais, até 2003, ampliando, portanto, os recursos destinados ao FAT, em relação ao FSE e ao FEF. A DRU foi sucessivamente estendida para 2007, depois para 2011 e para 2015. Em 2016, a DRU foi estendida para 2023 e, diante da grave situação fiscal do setor público, foi ampliada para 30%.

Além da desvinculação tributária, a partir de meados dos anos 2000, e especialmente a partir de 2008, o Governo Federal adotou, como medida anticíclica voltada a estimular a economia diante dos efeitos da crise internacional, a desoneração tributária sobre diversos bens de consumo duráveis, sobre os produtos que compõem a cesta básica e, também, sobre a folha de pagamentos das empresas.<sup>11</sup> Os objetivos foram incentivar a demanda, por meio da redução de preços gerada pela redução da tributação, e ampliar as contratações de funcionários pelas empresas, com a redução do custo sobre a folha de pagamentos.

---

<sup>11</sup> De acordo com a Receita Federal (Demonstrativos de Gastos Tributários da Secretaria da Receita Federal do Brasil/Ministério da Fazenda), as desonerações com maior impacto sobre a arrecadação do PIS-Pasep em 2017 foram a desoneração da cesta básica e dos medicamentos, o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus.

**Gráfico 1 • Arrecadação PIS-Pasep (R\$ bilhões, valores constantes de 2017 – deflator do PIB)**



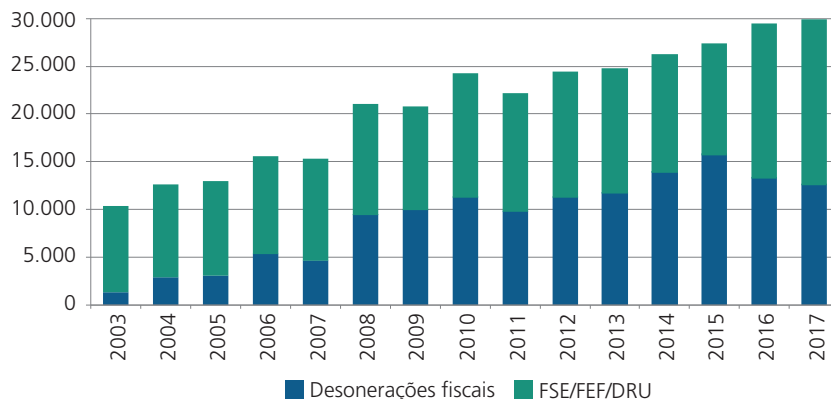
Fonte: Elaboração própria, com base em dados internos do Ministério do Trabalho.

Nota: Os dados deste gráfico foram reproduzidos da Tabela A1 do Apêndice.

As desonerações fiscais tiveram um impacto importante sobre a arrecadação das contribuições PIS-Pasep, conforme pode ser verificado pelo Gráfico 2. Entre 2008 e 2017, as desonerações representaram, em média, 90% da DRU. Nos anos 2014 e 2015, as desonerações fiscais foram superiores à DRU.

A arrecadação líquida do FAT, em 2016 e 2017, igualou-se aos valores de 2004 e 2006 (Gráfico 3). O aumento da DRU e o efeito das desonerações fiscais fizeram, depois de uma década, o nível de arrecadação primária do FAT retornar ao nível de 2006, a despeito da necessidade de recursos para geração de empregos, para qualificação da mão de obra e para pagamento do seguro-desemprego.

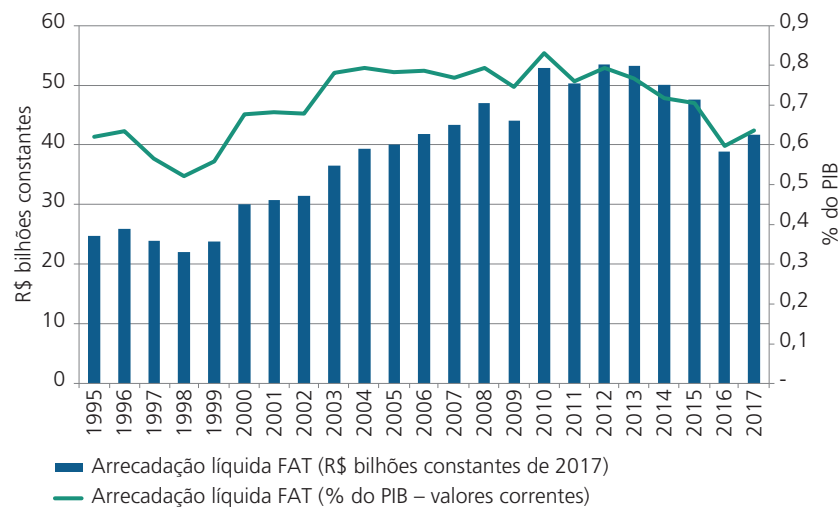
**Gráfico 2 • Total das desonerações fiscais e DRU do PIS-Pasep (R\$ milhões, valores constantes de 2017 – deflator do PIB)**



Fonte: Brasil (2017; 2018).

Nota: Os dados deste gráfico foram reproduzidos da Tabela A5 do Apêndice.

**Gráfico 3 • Arrecadação líquida do FAT**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados internos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e no *Boletim de Informações Financeiras* do MTE. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/execucao-financeira-do-fat/boletim-de-informacoes-financeiras/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.



Apesar de a arrecadação bruta das contribuições ao PIS-Pasep ter crescido aproximadamente 2,7% ao ano, em média, entre 1995 e 2017, a arrecadação líquida, que é transferida ao FAT, aumentou apenas 2,4% ao ano, em média. A diferença pode ser atribuída à elevação da DRU a partir de 2016. A arrecadação líquida das contribuições PIS-Pasep direcionadas ao FAT cresceu, no período 1995-2017, cerca de 70%, enquanto o PIB, no mesmo período, aumentou 65%, mesmo com a desoneração fiscal e a DRU. A arrecadação líquida representou, em média, 0,7% do PIB.

O crescimento da arrecadação do FAT, nesses anos, foi superior ao crescimento do PIB e absorveu, portanto, a incidência da DRU e das desonerações sem comprometer significativamente o patrimônio do fundo. Assim, a geração de emprego financiada com os recursos do FAT, em sua concepção virtuosa, cria as condições para o aumento da arrecadação fiscal e também do fundo e, consequentemente, permite a ampliação da requalificação profissional e do apoio aos trabalhadores no desemprego, podendo contribuir de forma relevante para o fortalecimento desse mecanismo endógeno de proteção aos trabalhadores.

## Despesas

Com relação às despesas, observa-se um crescimento bastante significativo das despesas do FAT a partir de meados dos anos 2000, como pode ser verificado no Gráfico 4. Verificam-se, além desse crescimento, uma mudança de sua composição, com redução dos gastos destinados à qualificação profissional e à intermediação do emprego, e o aumento das despesas obrigatórias – o abono salarial e o seguro-desemprego.

## Gráfico 4 • Despesas do FAT

Gráfico 4A • Valor das despesas (R\$ bilhões, valores constantes de 2017)

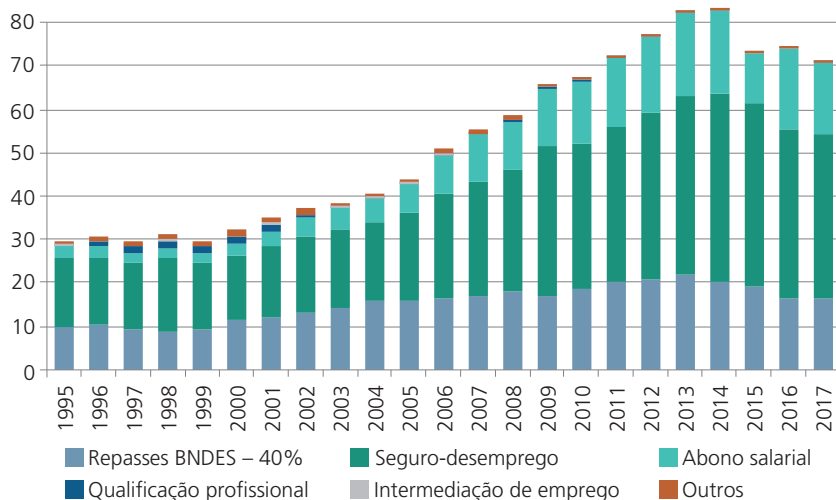
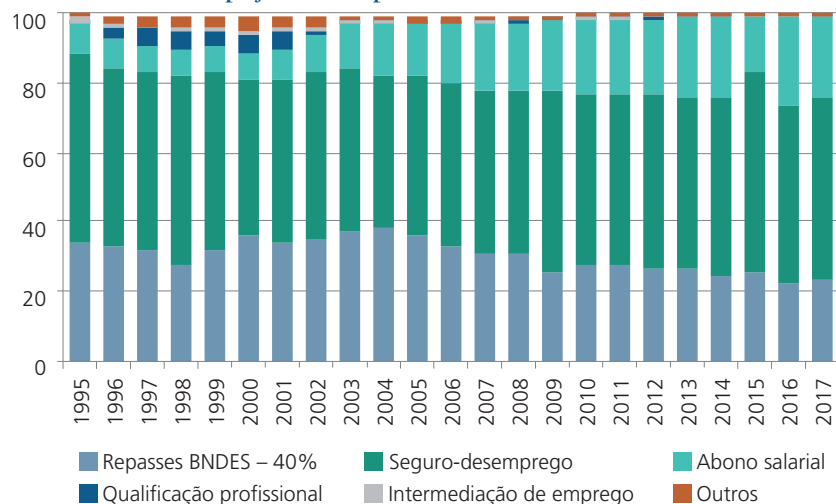


Gráfico 4B • Participação das despesas (%)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados internos do Ministério do Trabalho e Boletim de Informações Financeiras do MTE. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/execucao-financeira-do-fat/boletim-de-informacoes-financeiras/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

De modo geral, as despesas com o seguro-desemprego são afetadas pelo contingente de beneficiários, pelo valor do benefício e pela rotatividade da mão de obra. A elevação de qualquer uma dessas variáveis gera impacto, na mesma direção, nos gastos com o benefício do seguro-desemprego. Ou seja, espera-se que o aumento do contingente de beneficiários, do valor do benefício ou da rotatividade da mão de obra promova um crescimento nas despesas. O número de trabalhadores habilitados para receber o seguro-desemprego, por sua vez, é afetado pelo número de trabalhadores formais e pela taxa de desemprego. As condições de elegibilidade, representadas por mudanças que ampliem as exigências para obter o benefício, tendem a reduzir os gastos, ao passo que as alterações no sentido contrário tendem a provocar o aumento dos gastos. Não houve, no período em que se observou maior crescimento dos gastos com o seguro-desemprego, um aumento na taxa de desemprego<sup>12</sup> ou alteração significativa das condições de elegibilidade.

Melo (2015), analisando as variações das despesas do FAT, aponta que o total de trabalhadores formais do setor privado – regidos pela CLT – passou de 23 milhões em 2003 para 40 milhões em 2013. Se não há uma alteração significativa da taxa de rotatividade, o crescimento do número de trabalhadores abrangidos pelo benefício provoca um crescimento de sua concessão, e, portanto, dos gastos. Ao longo do período 2003-2013, a quantidade de beneficiários pas-

---

<sup>12</sup> Os dados do Ipea (Ipeadata – taxa de desemprego anual) mostram que os valores do desemprego para os anos 2011-2014 estão entre os mais baixos da série que está disponível para o período 1992-2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2018.

sou de 5,1 milhões para 8,9 milhões, crescimento semelhante, portanto, do crescimento do mercado de trabalho formal.

A política de valorização do salário mínimo também gera impacto sobre as despesas com o seguro-desemprego, pois o menor benefício a que o trabalhador desempregado tem direito corresponde a um salário mínimo nacional, estando, assim, atrelado a sua variação. No período 2002-2013, o salário mínimo foi reajustado em 239%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou apenas 87%, o que significa que o crescimento foi aproximadamente de 80% acima da inflação medida pelo IPCA.

A ampliação dos gastos com o abono salarial apresentou um comportamento semelhante aos gastos com seguro-desemprego. Assim como o seguro-desemprego, o abono salarial é afetado tanto pela valorização do salário mínimo quanto pela formalização do mercado de trabalho. O aumento real do salário mínimo amplia o número potencial de trabalhadores que têm direito a recebê-lo, ao mesmo tempo que aumenta o valor dos benefícios. O crescimento do número de trabalhadores com carteira tem um efeito considerável sobre o gasto com abono salarial, uma vez que a maioria dos empregos gerados oferece remuneração até dois salários mínimos, exatamente o público do benefício. Melo (2015) aponta que, entre 2003 e 2013, o público-alvo do abono salarial passou de 40% dos trabalhadores formais (celetistas e estatutários) para 50%. O número de trabalhadores que receberam o benefício passou de cerca de oito milhões, em 2003, para 21 milhões, em 2013. As despesas com abono salarial foram afetadas, portanto, não apenas pela elevação do salário mínimo, como pela expansão do número de trabalhadores que deveriam receber o abono.

O índice de cobertura do benefício manteve-se em cerca de 95%; ou seja, do total de trabalhadores que têm direito a ele, 5% deixam de recebê-lo. Dados do Ministério do Trabalho citados por Melo (2015) indicam que, em 2003, o abono salarial foi pago a 26,6% do total de trabalhadores do país, enquanto, em 2013, esse percentual atingiu 43,6%, confirmando que os empregos criados no período tinham uma remuneração média de até dois salários mínimos. Corseuil, Foguel e Tomelin (2016) decompõem os gastos com o abono salarial e verificam que a expansão do número de trabalhadores formais foi o principal motivo do crescimento dos gastos do FAT com esse programa.

Resumidamente, foram dois os principais fatores que provocaram a elevação dos gastos do FAT com o seguro-desemprego e com o abono salarial: a formalização do mercado de trabalho e a política de valorização do salário mínimo. Com um número cada vez maior de trabalhadores registrados no mercado formal de trabalho, aumentou o número de trabalhadores que passaram a ter direito a receber o seguro-desemprego, no caso de demissão sem justa causa, assim como aqueles que, por receberem até dois salários mínimos mensais, têm direito ao abono. Além disso, a valorização do salário mínimo provocou uma elevação do valor dos benefícios.

Observa-se, portanto, que os efeitos desejáveis para a sociedade brasileira, como o aumento da formalização do mercado de trabalho e o crescimento do salário mínimo, provocaram uma elevação substancial dos gastos do FAT.

Alguns analistas destacaram que as regras permitiam que alguns trabalhadores, especialmente os de renda mais baixa, utilizassem

o seguro-desemprego para aumentar sua renda.<sup>13</sup> Em 2015, foram alteradas as condições para obtenção do benefício, ampliando as exigências para aqueles que o solicitam pela primeira vez (ver Quadro A1 do Apêndice). Alterou-se, ainda, o número de parcelas do benefício. O abono salarial também foi modificado; manteve-se a regra de que o trabalhador precisa trabalhar apenas um mês no ano, no mínimo, para ter direito a ele, mas o benefício se tornou proporcional ao número de meses trabalhados.

A elevação dos gastos, em uma situação de mercado de trabalho favorável, pode indicar que as condições econômicas que existiam quando se estabeleceram os benefícios foram modificadas, e torna-se oportuna, portanto, sua revisão.

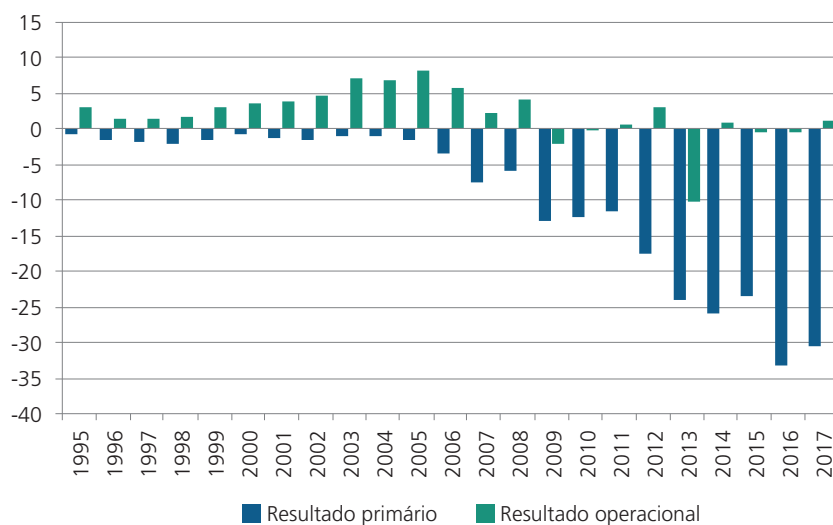
---

13 Artigo do professor José Pastore (*O Estado de S.Paulo*, 3 de janeiro de 2012) descreve como isso poderia ser feito. “Vejam os que ocorrem com um empregado que ganha R\$ 1 mil por mês e que completa um ano na mesma empresa. As estimativas a seguir são feitas com aproximações e sem considerar os descontos de lei. Se ele for dispensado sem justa causa, terá acumulado R\$ 1.040 na sua conta do FGTS (inclusive a parcela do décimo terceiro salário). No caso de ser desligado da empresa sem justa causa, sacará esse montante e receberá R\$ 400 a título de indenização de dispensa, perfazendo R\$ 1.440. Além do salário do mês, como parte das verbas rescisórias, ele terá direito a R\$ 1 mil de décimo terceiro salário e R\$ 1.333 a título de férias e abono, o que no agregado soma R\$ 3.773. Uma vez despedido, ele receberá quatro parcelas no valor de R\$ 763,29 a título de seguro-desemprego, ou seja, R\$ 3.053,16. Em resumo: para viver nesses quatro meses, o empregado em tela disporá de R\$ 6.826, o que dá uma média mensal de R\$ 1.706, ou seja, 70% a mais do que ganhava quando estava trabalhando. Até aqui foi tudo legal. Mas, com a atual falta de mão de obra, o referido trabalhador pode se reempregar com facilidade. Para não perder o benefício do seguro-desemprego, muitos procuram um emprego informal. Digamos que o protagonista do exemplo consiga ganhar R\$ 1 mil nessa atividade, ou seja, R\$ 4 mil durante os quatro meses. O ganho total no período subirá para R\$ 10.826, que dá uma média de R\$ 2.706 mensais! Além disso, há o abono salarial.” Embora essa análise inclua o valor do décimo terceiro, de férias e do abono salarial, valores que o trabalhador também receberia se estivesse empregado e que, portanto, também elevariam sua renda, o acesso aos recursos do FGTS, sem dúvida, pode incentivar demissões, especialmente em uma situação de mercado de trabalho aquecido, em que é fácil encontrar novo emprego.

## A execução financeira e o patrimônio do FAT

Desde 1995, no ano seguinte à instituição do FSE, o FAT obtém resultado primário negativo. Os sucessivos déficits primários (receita primária é inferior aos pagamentos do seguro-desemprego, abono salarial e repasse ao BNDES) foram cobertos pelas demais receitas, especialmente as financeiras (ver Tabela A3 do Apêndice e Gráfico 5).

Gráfico 5 • Resultado da execução financeira (R\$ bilhões, valores correntes)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ministério do Trabalho.

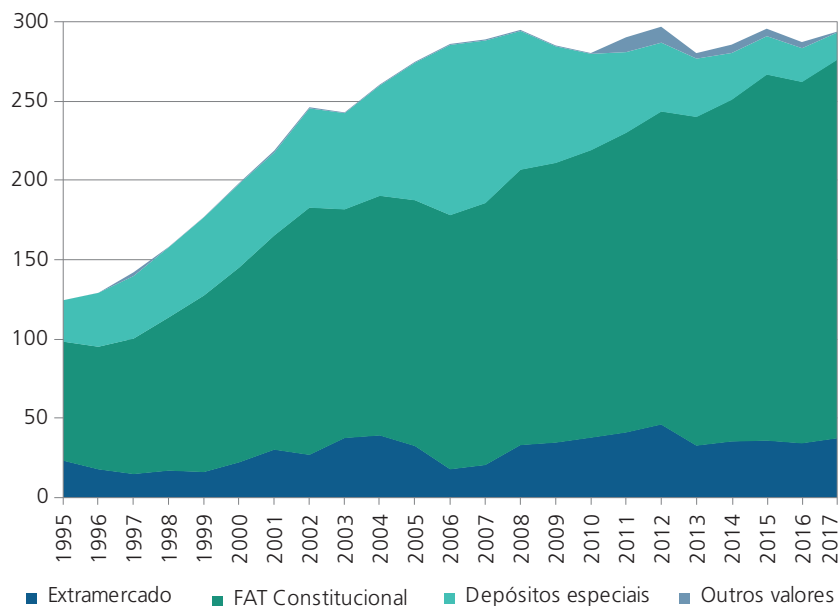
Nota: Dados disponíveis na Tabela A3 do Apêndice.

Esses déficits foram sucessivamente cobertos pelos pagamentos de juros de seus recursos disponíveis aplicados pelos bancos oficiais federais, na forma de depósitos especiais ou do FAT Constitucional (no BNDES), e pelo rendimento de suas reservas no Fundo Extra-

mercado. Até 2008, o resultado nominal do FAT foi positivo, pois suas receitas financeiras eram suficientes para cobrir os déficits primários. Os recursos repassados ao Banco permitiram a formação de um patrimônio do fundo, que retornava ao FAT, na forma de pagamentos de juros.

Entretanto, diante da insuficiência das receitas financeiras, a partir de 2010, o Tesouro Nacional passou a fazer aportes ao FAT para a cobertura do déficit. O Tesouro repassou ao fundo, entre 2010 e 2017, quase R\$ 60 bilhões e, mesmo assim, em diversos anos, houve déficits, que foram cobertos com o patrimônio do próprio FAT, conforme é possível notar no Gráfico 6.

**Gráfico 6 • Evolução patrimonial do FAT**  
(R\$ bilhões, valores constantes de 2017 – deflator do PIB)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados internos do Ministério do Trabalho.



Destaca-se que, como mencionado anteriormente, o crescimento das despesas, especialmente com o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, que ocorreu mesmo em anos em que reduções das taxas de desemprego foram observadas. O principal motivo para a elevação das despesas foi a ampliação do mercado de trabalho formal e, em seguida, o aumento real do salário mínimo.

Um efeito desse aumento de gastos com despesas obrigatórias, que são aquelas relacionadas ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial e os repasses do FAT Constitucional para o BNDES, é a redução da margem do FAT para implementação de ações de geração de trabalho, emprego e renda por meio da aplicação de depósitos especiais, assim como ações para qualificação e recolocação de trabalhadores desempregados no mercado. Essas ações são aquelas que atingem todos os trabalhadores, até mesmo os do setor informal – e, portanto, impactam maior parcela dos trabalhadores –, e, principalmente, têm efeitos positivos sobre o pagamento de seguro-desemprego; isto é, espera-se que elas levem, no momento seguinte, à redução dos gastos com esse benefício.

As soluções apresentadas para a situação de escassez de recursos enfrentada pelo FAT procuram agir no aumento das receitas ou na redução das despesas. Quanto à receita, alguns falam em regulamentar a disposição constitucional, que prevê, no parágrafo quarto do artigo 239 da Constituição Federal, que os recursos de um imposto sobre a rotatividade da mão de obra sejam destinados aos mesmos objetivos dos recursos PIS-Pasep – para criar um mecanismo para reduzir a alta rotatividade de mão de obra.

A questão da regulamentação da contribuição adicional sobre a rotatividade e os resultados positivos que esse mecanismo poderia trazer é discutida em Ipea (2012). Um imposto sobre a rotatividade

excessiva poderia funcionar como um desestímulo às demissões sem justa causa por parte de empregadores e, especialmente, reduzir o incentivo aos “acordos” de demissão em que os empregadores simulam uma demissão com o objetivo de permitir que os trabalhadores recebam verbas trabalhistas.

O estudo destaca ainda que o imposto permitiria melhor distribuição dos custos do desemprego, com um pagamento maior daquelas empresas que são responsáveis por criar um peso para o sistema de emprego, ao realizar demissões em um volume superior ao que seria desejável. Contudo, Ipea (2012) não aponta apenas os pontos positivos do imposto sobre a rotatividade. Para resultar no efeito desejado, assim como tributos em geral, o imposto sobre a rotatividade precisaria de uma definição cuidadosa do fato gerador, com base de cálculo, alíquota, mecanismo de cobrança e penalização por inadimplemento, sob o risco de gerar efeitos nocivos ao mercado de trabalho.<sup>14</sup>

Além disso, o estudo alerta, corretamente, para a dificuldade em estabelecer um tributo adicional, em razão do sentimento generalizado contra a elevação de impostos. Talvez fosse possível instituí-lo em conjunto com uma redução da alíquota do PIS-Pasep, por exemplo, e o maior impacto esperado do imposto seria não sobre a arrecadação, mas sobre a redução da rotatividade, de modo a garantir um efeito positivo no sentido de reduzir os pagamentos do abono salarial e do seguro-desemprego.

Outras medidas com impacto positivo sobre as receitas do FAT seriam a extinção das desonerações fiscais e a redução da DRU,

---

<sup>14</sup> O estudo faz uma análise do projeto de lei existente na Câmara para regulamentar a contribuição adicional sobre a rotatividade.

que ampliaria o volume de recursos disponíveis do PIS-Pasep. Em 2015, o Governo Federal revogou várias desonerações. Quanto à DRU, em razão da difícil situação fiscal, foi elevada de 20% para 30% desde 2016.

Quanto à redução das despesas, algumas medidas foram adotadas. No fim de 2014, foi publicada a Medida Provisória (MP) 665, de 30 de dezembro de 2014, com alterações nas condições de acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial. Essa medida foi transformada na Lei 13.134, 16 de junho de 2015, ampliando as exigências para obtenção do seguro-desemprego, com a elevação do número de meses trabalhados para acessar o benefício, e também tornando os requisitos mais rigorosos para acesso ao benefício por pescadores artesanais durante o período de defeso. No que se refere ao abono salarial, estipulou-se que o valor do abono seja proporcional ao número de meses trabalhados.

## O FAT e o BNDES

Como mencionado, o artigo 239 da Constituição Federal destinou 40% da arrecadação do PIS-Pasep ao BNDES, para financiamento dos programas de desenvolvimento econômico. As contribuições ao PIS-Pasep eram a principal fonte de recursos do Banco desde 1975, e a Constituição promulgada em 1988, pode-se dizer, institucionalizou essa fonte de recursos. O repasse deles ao BNDES é, portanto, obrigatório; e tais recursos devem ser aplicados em projetos prioritários, conforme as orientações governamentais.

Uma característica importante desses recursos é que, em regra, não há previsão de devolução do principal, havendo apenas uma deter-

minação quanto ao pagamento de juros, que deve ser realizado semestralmente. Como não há prazo para exigibilidade dos recursos do FAT aplicados pelo BNDES, o saldo é considerado dívida subordinada e, de acordo com a legislação do Banco Central, parte desse valor pode ser computada para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência do BNDES (SANTOS, 2006). Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o Banco transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos ordinários, que é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para operações contratadas até 31 de dezembro de 2017, e a Taxa de Longo Prazo (TLP), para operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

Uma parte do FAT Constitucional, denominada FAT Cambial (ver Quadro A1 do Apêndice), pode ser aplicada no financiamento a empreendimentos e a projetos destinados à comercialização ou à produção de bens de reconhecida inserção internacional, ampliando os recursos disponíveis para a exportação. Esses recursos são remunerados pelas taxas de juros internacionais e variação cambial. Com variação dada pelo dólar americano, as taxas de juros podem ser a Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (Libor) ou a taxa de juros dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América (Treasury Bonds). Se a variação for baseada no euro, a taxa de juros pode ser a de oferta para empréstimo em euro no mercado interbancário de Londres, ou a taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro (*euro area yield curve*). No caso das operações remuneradas pela TJLP e pela TLP, a diferença positiva entre essas taxas e o limite de 6% ao ano é capitalizada no saldo devedor. Os recursos

ainda não aplicados são remunerados pela taxa Selic, sendo esses juros pagos mensalmente ao FAT.

Como é possível concluir dos gráficos 7 e 8, os repasses anuais dos recursos do PIS-Pasep são uma importante fonte de recursos para o BNDES. No período 1995-2006, representaram em média 50% dos desembolsos da instituição. Isso significa que aproximadamente metade dos recursos direcionados para o financiamento de projetos, nesse período, tiveram como fonte os recursos da arrecadação do PIS-Pasep repassados anualmente. A partir de 2009, com os empréstimos do Tesouro Nacional ao Banco, houve uma redução da participação dos recursos do FAT nos desembolsos, embora tenha se mantido uma parcela significativa. Observa-se que a participação do FAT retornou, a partir de 2016, a patamares próximos dos verificados nos períodos anteriores aos empréstimos do Tesouro.

Gráfico 7 • Participação média do FAT nos desembolsos totais do BNDES (%)

Gráfico 7A • 1995-2006

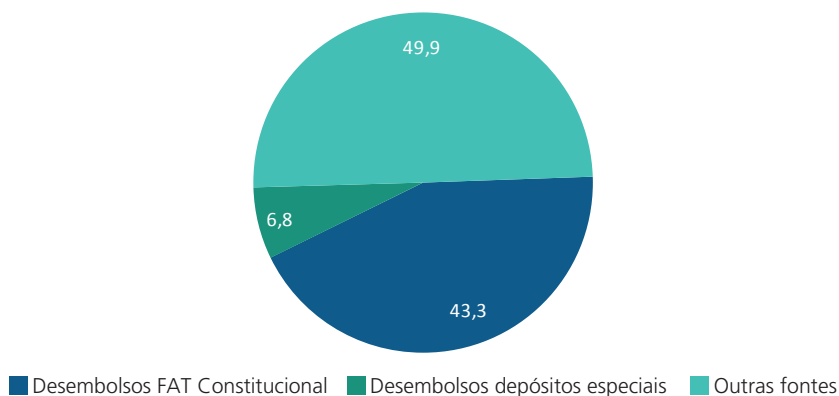
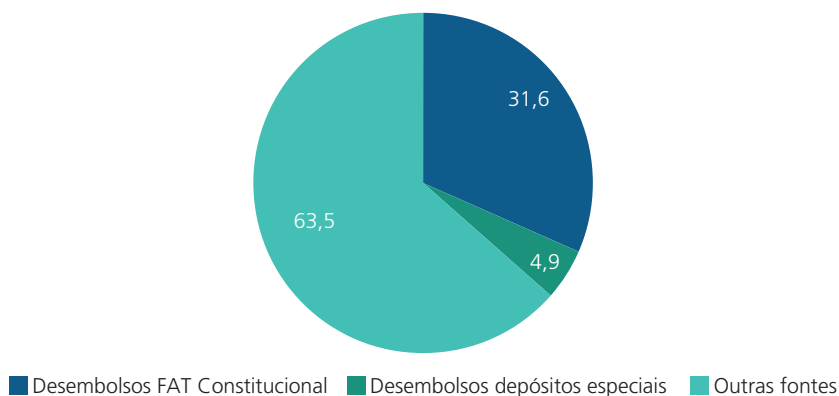
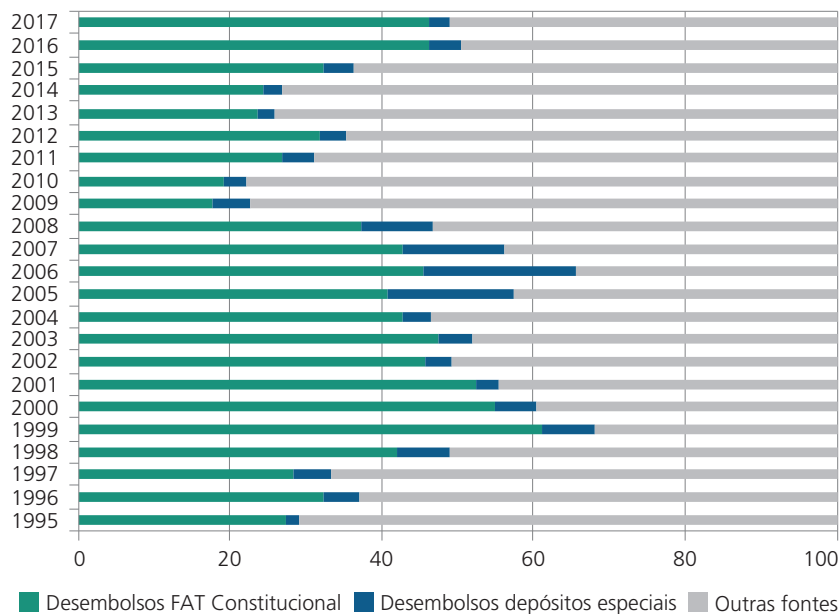


Gráfico 7B • 2007-2017



Fonte: Documentos internos BNDES.

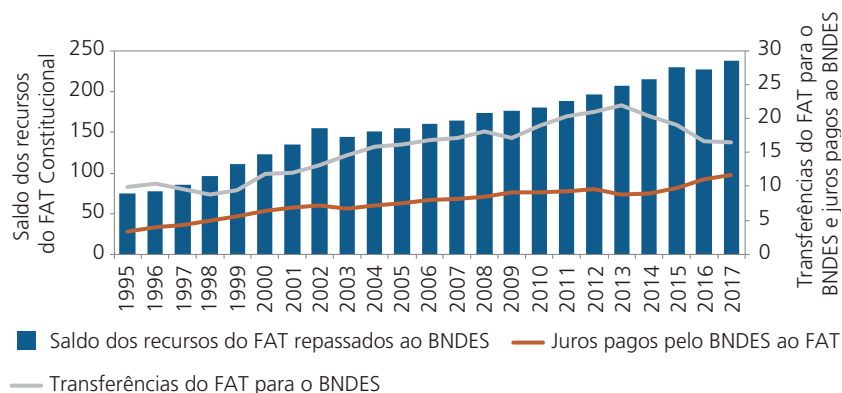
Gráfico 8 • Participação dos recursos do FAT nos desembolsos do BNDES (%)



Fonte: Elaboração própria, com base em documentos internos BNDES.

O Gráfico 9 apresenta os fluxos dos repasses feitos ao BNDES anualmente, os juros pagos semestralmente pelo BNDES e o saldo acumulado dos repasses no Banco (patrimônio do FAT no BNDES). Desde o início do fundo havia expectativa de crescimento do patrimônio do FAT aplicado pelo BNDES – o que de fato vem ocorrendo –, e a tendência é que os pagamentos de juros efetuados ao FAT aproximem-se dos valores que são repassados pelo fundo ao Banco. Até 2017, entretanto, isso ainda não ocorreu, uma vez que o total dos juros pagos pelo BNDES é inferior ao total repassado pelo FAT.

**Gráfico 9 • Transferências ao BNDES, juros pagos pelo BNDES e saldos do FAT Constitucional (R\$ bilhões, valores constantes de 2017 – deflator do PIB)**



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ministério do Trabalho e documentos internos do BNDES.

Nota: Dados disponíveis na Tabela A1 do Apêndice.

Com os recursos do FAT, o BNDES financia o desenvolvimento econômico por meio de projetos de infraestrutura, como empresas em transporte coletivo de massa, saneamento, fundamentais para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador.

Também o número de projetos de implantação, expansão e inovação de empresas financiadas com recursos do FAT são significativos. Esses financiamentos, portanto, ao apoiar a expansão da atividade econômica, têm como resultado a geração de emprego, contribuindo de forma ativa para o sistema de proteção ao trabalhador mantido com os recursos do FAT.

Os recursos do FAT aplicados pelo Banco financiam projetos que aumentem o bem-estar da população e gerem empregos, com impacto positivo sobre os gastos com o pagamento de seguro-desemprego. Além disso, os juros sobre os recursos aplicados retornam ao FAT, contribuindo para o financiamento dos demais gastos. A preocupação com a geração de emprego, portanto, existe desde a criação do FAT, justificando a adoção, pelo BNDES, de um modelo para estimar o impacto sobre o número de empregos da aplicação dos recursos repassados anualmente pelo fundo.

## Conclusão

A análise financeira das receitas e dos gastos do FAT aponta alguns resultados. O impacto positivo que possa ter ocorrido pelo efeito da desoneração tributária sobre a atividade econômica, especialmente entre 2008 e 2017, não foi acompanhado de redução dos gastos com seguro-desemprego nem com o abono salarial. O impacto da desoneração sobre o FAT, portanto, foi negativo.

O crescimento das despesas do FAT, no período, foi fruto, principalmente, do crescimento do mercado de trabalho formal e da elevação do salário mínimo. Diante disso, não se espera uma redução significativa das despesas. O que poderia provocar essa redução seria a diminuição da rotatividade da mão de obra e, consequente-



mente, a diminuição da utilização, intermitente, do seguro-desemprego pelo mesmo trabalhador.

Outra questão que chama a atenção é a redução dos gastos obrigatórios com sistema de qualificação da mão de obra e de busca de emprego, em um ambiente em que esses gastos são ainda mais importantes. São esperadas transformações profundas no mercado de trabalho diante da digitalização crescente tanto dos serviços quanto da indústria. Nesse cenário, a requalificação do trabalhador torna-se cada vez mais importante nessa nova economia digital.

Outras soluções, portanto, devem ser procuradas para que o sistema de proteção ao trabalhador possa retomar seu papel, sem que seja necessário consumir paulatinamente seu patrimônio.

Quanto ao financiamento desse sistema, o direcionamento de parte de recursos do FAT para aplicação pelo BNDES em projetos de desenvolvimento econômico representa fonte perene de recursos para o FAT. Assegura, também, que o Banco continue a ser o agente de desenvolvimento do Governo Federal, com recursos disponíveis e de longo prazo, para financiar os segmentos prioritários.

No sentido de sua concepção, o mecanismo de geração de desenvolvimento econômico, emprego e renda que consegue, de forma virtuosa e endógena, absorver os gastos do seguro-desemprego e do treinamento e da qualificação profissional e, ainda, constantemente, aprimorar-se, com a gestão tripartite do Codefat, deve ser preparado e instrumentalizado para apoiar as mudanças na estrutura produtiva brasileira e na qualificação profissional em curso.

O Brasil carece de mecanismos de autofinanciamento bem-estruturados, e o FAT é uma das exceções. O fundo pode se modernizar e se aperfeiçoar para aproveitar as oportunidades produtivas que a nova

economia digital oferece à economia brasileira e, ainda, prover uma proteção social aos trabalhadores, de forma inclusiva em oportunidades e com uma visão de longo prazo.

## Referências

AZEREDO, B. *Um estudo sobre as contribuições sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1987.

\_\_\_\_\_. *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. São Paulo: Abet, 1998. (Coleção Teses & Pesquisas, v. 1).

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Circular 2.790 de 3 de dezembro de 1997*. Disciplina o funcionamento do Fundo destinado a acolher aplicações das disponibilidades financeiras do FAT, FUNCAFÉ e FNDE. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45473/Circ\\_2790\\_v2\\_L.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45473/Circ_2790_v2_L.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 2.423, de 23 de setembro de 1997*. Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (FUNCAFÉ) e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45522/Res\\_2423\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45522/Res_2423_v1_O.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986*. Mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, institui o seguro-desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2284.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 10, de 4 de março de 1996*. Altera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc10.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc10.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 56, de 20 de dezembro de 2007*. Prorroga o prazo previsto no *caput* do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc56.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc56.htm). Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011*. Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc68.htm). Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc93.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc93.htm). Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1 de março de 1994*. Acrescenta os arts. 71, 72 e 73 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/ECR/ecr1.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/ECR/ecr1.htm). Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 17, de 22 de novembro de 1997*. Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc17.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc17.htm). Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000*. Acrescenta o art. 76 ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo a desvinculação de arrecadação de impostos e contribuições sociais da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc27.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc27.htm). Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003*. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm). Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990*. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7998.htm). Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990*. Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8019.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8287.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991*. Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8352.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994*. Dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8900.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8900.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996*. Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9365.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.183, de 12 de fevereiro de 2001*. Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10183.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10183.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.199, de 14 de fevereiro de 2001*. Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10199.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001*. Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10208.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002*. Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10608.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002*. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica [...]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10637.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004*. Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.865.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.865.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008*. Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015*. Altera as leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; [...]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.483, de 21 de julho de 2017*. Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP); [...]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13483.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13483.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975*. Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp26.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp26.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar nº 19, de 25 de junho de 1974*. Dispõe sobre a aplicação dos recursos gerados pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), e dá outras

providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp19.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970*. Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp07.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp07.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970*. Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp08.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp08.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Medida Provisória nº 1.475, de 5 de junho de 1996*. Altera as leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/1475.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1475.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Medida Provisória nº 1.553-18*. Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13483-21-setembro-2017-785500-publicacaooriginal-153817-pl.html>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional [...]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2164-41.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2164-41.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014*. Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT [...]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv665.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv665.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Medida Provisória nº 684, de 31 de outubro de 1994*. Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação Pis-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/1990-1995/684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/684.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Medida Provisória nº 956, de 30 de março de 1995*. Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador,

do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/1990-1995/956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/956.htm)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Receita Federal. *Demonstrativos dos Gastos Tributários*. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/demonstrativos-dos-gastos-tributarios-dgt>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. CGFAT/SPOA/SE/MTb. *Nota Técnica 202*, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2018/pldo-2018/anexo-iv-10-avaliacao-fat.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. CGFAT/SOAD/SE/MTb. *Nota Técnica 339*, de 11 de abril de 2018. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2019/pldo/anexo-iv-10-avaliacao-financeira-do-fat-final.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

CARDOSO JR., J. C. *et al. Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo*. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão 1.237).

CODEFAT. *Resolução nº 1, de 21 de junho de 1990*. Publica o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Res1.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 236, de 27 de abril de 2000*. Aprovou Regimento do Codefat, consolidando alterações introduzidas por resoluções anteriores. Disponível em: <[http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Res236\\_2000\\_-\\_Regimento-Interno-do-CODEFAT.pdf](http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Res236_2000_-_Regimento-Interno-do-CODEFAT.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 320, de 29 de abril de 2003*. Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinados ao financiamento da produção e comercialização de bens de reconhecida inserção no mercado internacional – FAT – Cambial. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-320-de-29-de-abril-de-2003.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 439, de 2 de junho de 2005*. Dispõe sobre a alocação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, em depósitos especiais remunerados. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Res439.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 489, de 28 de abril de 2006*. Altera a Resolução nº 439, de 2 de junho de 2005, que dispõe sobre a alocação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, em depósitos especiais remunerados. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-N%C2%BA-489-de-28-de-abril-de-2006.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 596, de 27 de maio de 2009*. Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, que consolida modificações introduzidas. Disponível em: <[http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Res596\\_2009\\_-\\_Regimento-Interno-do-CODEFAT.pdf](http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Res596_2009_-_Regimento-Interno-do-CODEFAT.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2018.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, N.; TOMELIN, L. F. *A evolução recente da abrangência do programa de abono salarial*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Fundo de Amparo ao Trabalhador: uma solução de financiamento esgotada? In: MONTEIRO NETO, A. (coord.). *Brasil em desenvolvimento 2011: estado, planejamento e políticas públicas*, Brasília: Ipea, 2012. cap. 9.

MELO, L. C. G. *O impacto das despesas com o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial e as consequências da DRU e das desonerações das contas do FAT no período 2003-2013*. Monografia (COPPEAD Finanças) – Instituto COPPEAD de Administração, Rio de Janeiro: 2015.

NAJBERG, S. *A participação do estado na economia brasileira: o caso do PIS e do PASEP*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial) – Departamento de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, out. 1981.

PASTORE, J. País gasta muito com seguro desemprego. *O Estado de S.Paulo*, 3 de janeiro de 2012.

PROCHNIK, M. Fontes de recursos do BNDES. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.143-180, dez. 1995.

SANTOS, V. M. Por dentro do FAT. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 3-14, dez. 2006.

THEODORO, M. *Participação social em políticas públicas: os conselhos federais de política social – o caso do Codefat*. Brasília: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 931).



# Apêndice

## Quadro A1 • Principais marcos do FAT

7.7.1970	A LC 7 instituiu o PIS.
3.12.1970	A LC 8 institui o Pasep.
25.6.1974	A LC 19 unificou a aplicação dos recursos do PIS e do Pasep pelo BNDES. Os recursos dos fundos passaram a ser aplicados em programas especiais de investimentos elaborados e revistos periodicamente segundo as diretrizes e prazos de vigências dos PNDs.
11.9.1975	A LC 26 unificou, sob a denominação de PIS-Pasep, os fundos constituídos com os recursos do PIS e do Pasep. Além disso, permitiu que os participantes, cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos e que percebam salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, podem retirar, ao fim de cada exercício financeiro, valor complementar que permita perfazer valor igual ao do salário mínimo regional mensal vigente.
10.3.1986	Decreto-Lei 2.284 de 10 de março de 1986 instituiu o seguro-desemprego.
5.10.1988	O artigo 239 da Constituição Federal estabeleceu que a arrecadação das contribuições para o PIS e o Pasep fosse direcionada ao financiamento do seguro-desemprego e do abono salarial e determinou, ainda, que 40% dos recursos dessas contribuições fossem destinados ao BNDES para financiar programas de desenvolvimento econômico.
11.1.1990	A Lei 7.998/1990 instituiu o FAT e o Codefat e estabeleceu as regras do Programa de Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Estendeu os objetivos do Programa de Seguro-Desemprego, que passou a ter por finalidade prover assistência financeira temporária ao desempregado e auxiliar os trabalhadores na busca de novo emprego, além de promover sua reciclagem profissional. Atribuiu ao Ministério do Trabalho a responsabilidade da fiscalização do cumprimento do Programa de Seguro-Desemprego e do Abono Salarial.
11.4.1990	A Lei 8.019/1990 regulamentou aplicação dos recursos do PIS-Pasep e destinou sua arrecadação para o FAT. Estabeleceu a taxa de juros e prazos para recolhimento em relação aos recursos repassados para o BNDES, bem como regras para o regaste de recursos pelo FAT, no caso de insuficiência de fundos para o pagamento do Programa de Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Determinou as regras sobre a remuneração das disponibilidades financeiras do FAT. Permitiu que o Codefat prolongasse, em até dois meses, o período de concessão do seguro-desemprego, para grupos específicos de segurados.
21.6.1990	Resolução 1 do Codefat estabeleceu seu regimento interno, determinando sua composição, competências e atribuições.

20.12.1990	A Lei 8.287/1990 concedeu o benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso, com recursos do FAT.
28.12.1991	A Lei 8.352/1991 tratou das disponibilidades financeiras do FAT. Estabeleceu a exigência de que o FAT mantivesse uma RML que deveria ser aplicada em títulos do Tesouro Nacional, pelo Banco Central, de modo a garantir os pagamentos do seguro-desemprego e abono salarial por seis meses. Permitiu que o valor que excedesse a RML fosse alocado na forma de depósitos especiais nas instituições financeiras oficiais federais. Foram flexibilizados, por prazo determinado, os critérios de elegibilidade do seguro-desemprego, concedendo o benefício para trabalhadores que houvessem sido dispensados sem justa causa entre 1º de janeiro de 1992 e 31 de junho de 1992, desde que tivessem recebido salário por seis meses antes da dispensa.
1.3.1994	A Emenda Constitucional de Revisão 1/1994 instituiu o FSE, que foi formado por várias fontes, entre elas uma parcela da arrecadação do PIS-Pasep. Direcionaram-se para o FSE a totalidade da arrecadação das instituições financeiras e 20% do restante total arrecadado.
30.6.1994	A Lei 8.900/1994 permitiu a utilização dos recursos do FAT para formação profissional dos trabalhadores em geral, não apenas para os trabalhadores do setor formal, que também são elegíveis ao seguro-desemprego. Além disso, tornou permanente a regra de acesso que havia sido flexibilizada pela Lei 8.352/1991 e ampliou o número de parcelas do seguro para trabalhadores com maior tempo de inserção no mercado de trabalho. As novas regras estabeleceram que o seguro-desemprego pudesse ser mantido entre três e cinco meses, em função do tempo de carteira assinada durante os três últimos anos a partir da data de demissão.
31.10.1994	A partir de 1º de dezembro de 1994, por força da MP 684/1994, os recursos do PIS-Pasep repassados ao BNDES passaram a ser remunerados pela TJLP, inclusive dos depósitos especiais. A TJLP era calculada com base na rentabilidade nominal média, em moeda nacional, dos títulos da dívida pública interna e externa de aquisição voluntária, e regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
30.3.1995	A MP 956/1995 autorizou o BNDES a aplicar até 20% dos recursos transferidos pelo FAT (FAT Constitucional) em operação de financiamento a empreendimentos e projetos destinados à comercialização ou à produção de bens de reconhecida inserção internacional, ampliando os recursos destinados às exportações brasileiras, com remuneração igual à taxa de juros internacional mais variação cambial. Essa parcela dos recursos do FAT Constitucional é denominada FAT cambial.
30.3.1995	A MP 964/1995 estabeleceu que o Tesouro Nacional (TN) passasse a seguir uma programação financeira para repasse dos recursos da arrecadação do PIS-Pasep para o FAT. Até abril de 1995 a metodologia de repasses pelo TN dos recursos PIS-Pasep ao FAT obedecia aos mesmos critérios adotados para o Fundo de Participação dos Estados e Municípios (Fpem).

4.3.1996	A Emenda Constitucional 10/1996 renomeou o FSE como FEF, a partir do exercício financeiro de 1996, e estendeu seu período de vigência para junho de 1997.
5.6.1996	A MP 964/1995 foi sucessivamente editada. Em junho de 1996, ela foi reeditada pela MP 1.475/1996, que estabeleceu que o TN seguisse uma programação financeira para repasse da arrecadação PIS-Pasep para o FAT e incluiu a autorização para o BNDES utilizar recursos dos depósitos especiais para conceder financiamentos aos estados, destinados à expansão do nível de emprego, podendo a União prestar garantias a essas operações.
16.12.1996	A Lei 9.365/1996 consolidou regras que haviam sido estabelecidas por meio de MPs, entre elas a criação do FAT Cambial.
22.11.1997	A Emenda Constitucional 17/1997 estendeu, mais uma vez, o período de vigência do FEF para 31 de dezembro de 1999.
4.12.1997	Até 4 de dezembro de 1997, as disponibilidades do FAT eram aplicadas no Banco Central do Brasil (Lei 8.352/1991). A partir dessa data, o Banco do Brasil passou a ser o agente financeiro responsável pela aplicação dos recursos do FAT, nos termos da Resolução 2.423/1997 e da Circular 2.790/1997, ambas do Banco Central do Brasil, com fundamento no parágrafo único do artigo 4º da MP 1.553-18/1997. Esses expedientes regulamentaram o Fundo Extramercado no BB – FAT/Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), constituído em 4 de dezembro de 1997 pelo Banco do Brasil.
21.3.2000	A Emenda Constitucional 27/2000 instituiu, até o fim de 2003, a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União (DRU), entre eles o PIS-Pasep, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.
27.4.2000	Resolução 236/2000 do Codefat aprovou o regimento interno consolidando alterações introduzidas por resoluções anteriores.
12.2.2001	A Lei 10.183/2001 estabeleceu que a TJLP fosse determinada trimestralmente e calculada com base na meta de inflação fixada pelo CMN, mais um prêmio de risco, sendo fixada pelo CMN e divulgada até o último dia útil do trimestre anterior.
14.2.2001	A Lei 10.199/2001 converteu em lei o que já havia sido determinado por MPs que haviam estabelecido que o TN repassaria recursos ao FAT de acordo com programação financeira e autorizavam o BNDES a utilizar recursos dos depósitos especiais para conceder financiamentos aos estados.
23.3.2001	A Lei 10.208/2001 estendeu o benefício do seguro-desemprego aos empregados domésticos que estivessem inscritos no FGTS.

24.8.2001	A MP 2.164-41/2001 instituiu a bolsa de qualificação profissional, custeada pelo FAT, para o trabalhador que estiver com o contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em cursos ou programa de qualificação profissional, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo celebrado para esse fim.
20.12.2002	A Lei 10.608/2002 estendeu o benefício do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de regime de trabalho forçado ou em condição análoga à de escravo.
30.12.2002	A Lei 10.637/2002 acabou com a cumulatividade da contribuição do PIS-Pasep, mas elevou a alíquota de arrecadação de 0,65% para 1,65%, com impacto positivo sobre a arrecadação.
29.4.2003	A Resolução 320/2003 do Codefat ampliou o limite da utilização do FAT Cambial de 40% para 50% do estoque dos recursos do FAT Constitucional depositado no BNDES.
19.12.2003	A Emenda Constitucional 42 estendeu a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União até 2007.
30.4.2004	A Lei 10.865/2004 criou a cobrança da contribuição PIS-Pasep para importações, mantendo a alíquota de 1,65%.
2.6.2005	A Resolução 439/2005 do Codefat estabeleceu a forma de reembolso dos recursos alocados em depósitos especiais do FAT.
28.4.2006	A Resolução 489/2006 do Codefat alterou a Resolução 439/2005 do Codefat, e a forma de reembolso automático (mensal) dos depósitos especiais do FAT.
20.12.2007	A Emenda Constitucional 56/2007 estendeu a DRU até 31 de dezembro de 2011.
31.3.2008	A Lei 11.648/2008 alterou a CLT, destinando parte dos recursos da arrecadação e contribuição sindical para as Centrais Sindicais, com redução da cota-parte destinada à conta-emprego e à conta-salário do Ministério do Trabalho.
27.5.2009	Res. Codefat 596 aprovou o regimento interno do Codefat, consolidando alterações introduzidas por resoluções anteriores.
21.12.2011	A Emenda Constitucional 68/2011 estendeu a DRU até 31 de dezembro de 2015.
30.12.2014	A MP 665/2014 alterou a Lei 7.998/1990, que regula o Programa de seguro-desemprego, o abono salarial e institui o FAT e altera a Lei 10.779/2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal. As mudanças introduzidas aumentavam as exigências para recebimento do seguro-desemprego.

16.6.2015	A MP 665 foi convertida na Lei 13.134/2015, com algumas modificações estabelecidas pelo Congresso Nacional. A Lei 13.134/2015 alterou a Lei 7.998/1990 quanto às exigências para obtenção do seguro-desemprego e do abono salarial. O abono salarial passou a ser proporcional ao número de meses trabalhados – o trabalhador recebe um salário mínimo como abono apenas se trabalhar durante 12 meses. Além disso, o número de parcelas do benefício passou a variar com o tempo de serviço observado nos 36 meses anteriores à dispensa e o número de solicitações anteriores. Não houve modificação no valor do benefício do seguro-desemprego, e apenas seu valor mínimo está associado ao salário mínimo.
8.9.2016	A Emenda Constitucional 93/2016 aprovou a prorrogação da DRU até 31 de dezembro de 2023 e ampliou o percentual de receitas desvinculadas para 30%, com efeito retroativo a janeiro de 2016.
21.7.2017	A Lei 13.483 criou a TLP e dispôs sobre a remuneração dos recursos do FAT e dos financiamentos do TN ao BNDES. A partir de 1º de janeiro de 2018, os financiamentos concedidos pelo Banco passaram a ser remunerados pela TLP, que substituiu a TJLP. A TLP não é aplicada ao FAT Cambial, que continua a ser remunerado pela variação cambial acrescida de uma taxa de juros internacional.

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela A1 • Arrecadação PIS-Pasep devida ao FAT**  
(R\$, valores constantes de 2017 – deflator do PIB)

Ano	Arrecadação PIS-Pasep	FSE/FEF/DRU	%	Arrecadação devida ao FAT
1994	39.807.519.960,79	9.824.997.541,60	25	29.982.522.419,19
1995	33.361.879.843,47	8.680.606.570,64	26	24.681.273.272,82
1996	34.079.829.098,82	8.266.211.517,20	24	25.813.617.581,62
1997	32.157.574.635,56	8.328.227.555,02	26	23.829.347.080,53
1998	30.035.129.684,79	8.008.069.409,37	27	22.027.060.275,42
1999	36.967.007.253,11	13.247.239.420,84	36	23.719.767.832,27
2000	35.473.279.047,36	5.488.142.594,06	15	29.985.136.453,30
2001	38.323.896.502,50	7.664.779.300,50	20	30.659.117.202,00
2002	39.233.952.167,79	7.838.687.282,41	20	31.395.264.885,38
2003	45.645.247.828,78	9.129.049.565,76	20	36.516.198.263,02
2004	49.072.432.157,79	9.814.486.431,56	20	39.257.945.726,23
2005	49.989.785.245,78	9.997.957.049,16	20	39.991.828.196,62
2006	52.190.504.509,40	10.438.100.901,88	20	41.752.403.607,52
2007	54.082.704.282,95	10.816.540.856,59	20	43.266.163.426,36
2008	58.692.951.724,91	11.738.590.344,98	20	46.954.361.379,93
2009	55.048.079.499,55	11.009.615.899,91	20	44.038.463.599,64
2010	66.063.278.424,35	13.212.655.684,87	20	52.850.622.739,48
2011	62.813.767.811,00	12.562.753.562,21	20	50.251.014.248,79
2012	66.793.236.981,48	13.358.647.396,29	20	53.434.589.585,19
2013	66.471.033.109,85	13.294.206.621,97	20	53.176.826.487,88
2014	62.485.974.034,79	12.497.194.806,96	20	49.988.779.227,83
2015	59.359.638.739,60	11.871.927.747,92	20	47.487.710.991,68
2016	55.312.945.334,53	16.452.586.114,40	30	38.860.359.220,12
2017	59.268.402.221,29	17.587.608.986,51	30	41.680.793.234,78

Fonte: Elaboração própria, com base em dados internos do MTE e no Boletim de Informações Financeiras do MTE pelo regime de competência. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/execucao-financeira-do-fat/boletim-de-informacoes-financeiras/>> Acesso em: 18 dez. 2018.

**Tabela A2 • Fluxos BNDES-FAT e saldos no BNDES**  
**(R\$ milhões, valores constantes de 2017 – deflator do PIB)**

<b>Ano</b>	<b>Juros pagos pelo BNDES ao FAT</b>	<b>Repasses do FAT para o BNDES</b>	<b>Saldo dos recursos do FAT repassados ao BNDES</b>
<b>1995</b>	3.383	9.873	75.167
<b>1996</b>	3.930	10.325	77.422
<b>1997</b>	4.332	9.532	85.509
<b>1998</b>	4.912	8.811	96.735
<b>1999</b>	5.534	9.460	111.420
<b>2000</b>	6.423	11.811	122.952
<b>2001</b>	6.867	12.053	135.237
<b>2002</b>	7.177	13.108	156.051
<b>2003</b>	6.634	14.578	144.357
<b>2004</b>	7.166	15.821	151.280
<b>2005</b>	7.523	16.126	155.155
<b>2006</b>	7.990	16.814	160.415
<b>2007</b>	8.205	17.129	165.342
<b>2008</b>	8.503	18.113	173.840
<b>2009</b>	9.060	17.077	176.559
<b>2010</b>	9.060	18.957	181.444
<b>2011</b>	9.235	20.428	189.145
<b>2012</b>	9.656	21.076	197.612
<b>2013</b>	8.855	22.012	207.466
<b>2014</b>	9.029	20.406	215.667
<b>2015</b>	9.808	19.135	231.036
<b>2016</b>	11.112	16.600	228.083
<b>2017</b>	11.648	16.540	238.922

Fonte: Dados internos do BNDES.

**Tabela A3 • Resultado primário (R\$ milhões constantes)**

Ano	Receita arrecadação	Despesas		
	Pis-Pasep – FAT	Repasses BNDES – 40%	Seguro- desemprego	Abono salarial
1995	24.777,06	9.872,51	16.011,47	2.560,48
1996	22.993,80	10.325,45	15.794,51	2.456,65
1997	20.886,56	9.531,74	15.303,48	2.262,19
1998	21.833,59	8.810,82	17.209,69	2.316,27
1999	23.517,61	9.460,23	15.363,70	2.272,48
2000	28.998,16	11.811,17	14.823,45	2.482,94
2001	30.379,25	12.053,00	16.731,70	3.059,54
2002	32.227,46	13.108,48	18.054,12	4.041,18
2003	35.661,47	14.577,55	18.101,50	4.916,38
2004	38.307,56	15.820,62	18.169,83	5.782,01
2005	40.382,07	16.126,31	20.295,12	6.484,24
2006	43.251,47	16.813,80	24.142,63	8.722,46
2007	40.068,33	17.128,56	26.632,03	10.553,75
2008	47.679,91	18.113,37	28.020,16	11.375,50
2009	43.224,25	17.076,74	34.718,66	13.419,43
2010	47.064,89	18.956,90	33.453,48	14.329,98
2011	55.143,62	20.427,92	35.941,48	15.678,33
2012	52.985,58	21.076,33	38.641,86	17.263,33
2013	51.722,09	22.011,68	41.526,34	19.081,06
2014	52.029,31	20.406,07	43.397,81	19.162,85
2015	47.244,24	19.134,93	42.700,11	11.361,83
2016	40.272,84	16.600,08	39.207,56	18.613,14
2017	40.588,18	16.539,98	38.007,15	16.229,02

Fonte: Elaboração própria, com base em dados internos do MTE e no *Boletim de Informações Financeiras* do MTE. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/execucao-financeira-do-fat/boletim-de-informacoes-financeiras/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.



	Despesas		Despesa total	Resultado primário	
	Qualificação profissional	Intermediação de emprego			Outros
	96,51	461,07	154,94	29.156,99	(4.379,93)
	1.218,54	122,85	858,42	30.776,41	(7.782,61)
	1.556,53	148,51	1.019,90	29.822,35	(8.935,79)
	1.667,26	202,14	1.261,67	31.467,85	(9.634,25)
	1.387,26	196,54	1.197,87	29.878,08	(6.360,47)
	1.623,27	410,20	1.499,72	32.650,76	(3.652,60)
	1.685,05	440,85	1.250,35	35.220,51	(4.841,25)
	482,70	287,30	1.420,52	37.394,30	(5.166,84)
	121,55	179,99	703,69	38.600,66	(2.939,19)
	183,90	196,00	805,17	40.957,53	(2.649,97)
	199,36	198,64	878,10	44.181,77	(3.799,70)
	180,39	197,04	1.113,10	51.169,42	(7.917,95)
	166,68	191,90	1.042,06	55.714,98	(15.646,65)
	260,32	192,88	914,80	58.877,03	(11.197,12)
	273,19	165,07	632,46	66.285,55	(23.061,30)
	236,91	114,72	537,52	67.629,51	(20.564,62)
	114,03	144,07	588,23	72.894,05	(17.750,43)
	81,75	197,29	463,85	77.724,41	(24.738,82)
	8,61	152,52	485,47	83.265,68	(31.543,60)
	0,60	167,39	459,03	83.593,77	(31.564,46)
	-	76,85	491,80	73.765,52	(26.521,28)
	-	51,00	520,70	74.992,47	(34.719,63)
	58,59	34,44	467,56	71.336,73	(30.748,55)

**Tabela A4 • Execução financeira do FAT em moeda corrente (R\$ milhões correntes)**

Ano	Receita – arrecadação do PIS-Pasep – FAT	Despesas				
		Empréstimos BNDES (40%)	Pagamento do seguro- -desemprego	Pagamento do abono salarial	Qualificação profissional	Intermediação de emprego
1995	4.392,17	1.750,08	2.838,31	453,89	17,11	81,73
1996	4.828,34	2.168,18	3.316,60	515,86	255,87	25,80
1997	4.724,84	2.156,21	3.461,87	511,74	352,11	33,60
1998	5.182,29	2.091,28	4.084,79	549,78	395,73	47,98
1999	6.029,14	2.425,29	3.938,75	582,59	355,65	50,39
2000	7.850,94	3.197,75	4.013,29	672,23	439,48	111,06
2001	8.901,36	3.531,62	4.902,52	896,47	493,73	129,17
2002	10.368,12	4.217,22	5.808,32	1.300,12	155,29	92,43
2003	13.089,55	5.350,69	6.644,16	1.804,56	44,61	66,06
2004	15.150,80	6.257,12	7.186,24	2.286,81	72,73	77,52
2005	17.158,14	6.851,99	8.623,29	2.755,12	84,71	84,40
2006	19.622,26	7.628,06	10.952,99	3.957,19	81,84	89,39
2007	19.348,63	8.271,23	12.860,36	5.096,31	80,49	92,67
2008	25.045,39	9.514,62	14.718,48	5.975,34	136,74	101,32
2009	24.365,43	9.626,13	19.570,85	7.564,51	154,00	93,05
2010	28.765,14	11.586,08	20.446,11	8.758,20	144,79	70,11
2011	36.506,29	13.523,73	23.794,05	10.379,40	75,49	95,38
2012	37.863,88	15.061,30	27.613,75	12.336,50	58,42	140,98
2013	39.734,74	16.910,15	31.902,00	14.658,75	6,62	117,17
2014	43.107,15	16.906,77	35.955,81	15.876,74	0,50	138,69
2015	42.104,24	17.053,12	38.054,50	10.125,70	-	68,49
2016	38.798,50	15.992,37	37.772,21	17.931,73	-	49,14
2017	40.588,18	16.539,98	38.007,15	16.229,02	58,59	34,44

Fonte: Elaboração própria, com base em dados internos do MTE e no *Boletim de Informações Financeiras* do MTE.  
Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/execucao-financeira-do-fat/boletim-de-informacoes-financeiras/>>.  
Acesso em: 18 dez. 2018.

Despesas		Resultado primário	Demais receitas do FAT			Resultado operacional
Outros projetos e atividades	Total		Remuneração total	Recursos do Tesouro Nacional	Outras	
27,47	5.168,59	(776,42)	3.513,85	-	68,06	2.805,49
180,25	6.462,57	(1.634,23)	2.802,20	-	155,73	1.323,70
230,72	6.746,24	(2.021,40)	2.879,73	-	341,30	1.199,63
299,46	7.469,01	(2.286,73)	3.505,99	-	309,94	1.529,21
307,10	7.659,76	(1.630,61)	4.049,90	-	360,29	2.779,57
406,03	8.839,84	(988,90)	4.078,15	-	266,90	3.356,15
366,36	10.319,88	(1.418,52)	4.755,99	220,42	254,52	3.812,40
457,01	12.030,38	(1.662,26)	5.874,79	37,07	369,57	4.619,17
258,29	14.168,38	(1.078,83)	7.676,14	12,90	393,80	7.004,01
318,45	16.198,87	(1.048,07)	7.556,66	23,52	282,47	6.814,58
373,10	18.772,61	(1.614,47)	9.326,64	21,55	398,72	8.132,45
504,99	23.214,46	(3.592,20)	8.899,15	27,50	250,52	5.584,97
503,20	26.904,26	(7.555,62)	9.096,12	5,71	626,50	2.172,71
480,53	30.927,03	(5.881,64)	9.394,77	26,94	534,74	4.074,81
356,52	37.365,04	(12.999,61)	10.084,49	24,60	551,90	(2.338,62)
328,52	41.333,83	(12.568,69)	10.212,15	1.091,45	855,88	(409,22)
389,42	48.257,47	(11.751,18)	11.389,10	88,10	846,91	572,94
331,47	55.542,43	(17.678,54)	14.457,47	5.294,60	901,04	2.974,57
372,96	63.967,65	(24.232,91)	8.289,31	4.831,25	746,96	(10.365,39)
380,32	69.258,82	(26.151,68)	12.695,34	13.842,59	464,99	851,24
438,29	65.740,10	(23.635,86)	14.044,13	7.396,74	1.622,87	(572,11)
501,64	72.247,09	(33.448,59)	19.230,76	12.509,50	1.150,58	(557,75)
467,56	71.336,73	(30.748,55)	17.579,83	13.794,90	507,03	1.133,21

**Tabela A5 • Total das desonerações fiscais e DRU do PIS-Pasep  
(R\$ milhões, valores constantes de 2017 – deflator do PIB)**

<b>Anos</b>	<b>Desonerações fiscais</b>	<b>FSE/FEF/DRU</b>	<b>Total</b>
<b>2003</b>	1.357	9.129	10.486
<b>2004</b>	2.957	9.814	12.771
<b>2005</b>	3.100	9.998	13.098
<b>2006</b>	5.367	10.438	15.805
<b>2007</b>	4.706	10.817	15.523
<b>2008</b>	9.561	11.739	21.300
<b>2009</b>	10.026	11.010	21.035
<b>2010</b>	11.380	13.213	24.593
<b>2011</b>	9.883	12.563	22.446
<b>2012</b>	11.398	13.359	24.757
<b>2013</b>	11.793	13.294	25.087
<b>2014</b>	14.048	12.497	26.545
<b>2015</b>	15.822	11.872	27.694
<b>2016</b>	13.377	16.453	29.830
<b>2017</b>	12.720	17.588	30.307

Fonte: Brasil (2017; 2018).